

Preservação das Fortificações do Brasil

Um Balanço de 80 Anos de Proteção do IPHAN



Kátia Bogéa
Presidente do IPHAN



Andrey Rosenthal Schlee

É Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização

Foto - Francisco Cavalcante

Não é fácil realizar um balanço da ação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no que diz respeito à preservação das fortificações existentes no Brasil. Primeiro, porque estamos profundamente comprometidos com o passado e o futuro da Instituição que completa 80 anos, em 2017. Segundo, porque o tema, embora diretamente relacionado com a constituição da Nação e com a missão do IPHAN, encontra-se pouco pesquisado. Portanto, o que vamos apresentar é uma leitura cronológica daquilo que foi feito, ou seja, o que protegemos e como estamos conservando tamanho patrimônio. Vamos apenas fornecer os dados para as avaliações “menos suspeitas”.

Mas antes das informações coletadas, é necessário visitar a historiografia sobre o

tema e verificar as obras e os autores que, de maneira pioneira, reconheceram valor naquelas antigas construções de defesa do território colonial ou nacional. Muito antes da ação do IPHAN, foram os historiadores militares os primeiros a dirigir um olhar especial para o conjunto de fortificações existentes no Brasil. Olhar distinto do puramente estratégico ou bélico. Uma sutil visada preservacionista, capaz de atribuir valor histórico e artístico a um significativo conjunto de bens. Enquadram-se nesta categoria as seguintes obras: *Fortificações do Brasil* (1881), do Tenente Coronel Augusto Fausto de Sousa, memória apresentada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicada em 1885, na revista da instituição (tomo XLVIII, 2ª parte); os artigos do General Aníbal Amorim, publi-



Restauração do Forte Orange, Pernambuco, com a participação do IPHAN

cados nos Boletins do Estado-Maior do Exército, entre os anos de 1915 a 1921; *Fortificações do Brasil*, do Capitão de Corveta Carlos Miguez Garrido, publicada em separata ao Volume III dos Subsídios para a História Marítima do Brasil, do Ministério da Marinha, em 1940; e *Fortificações do Brasil*, do Coronel Aníbal Barreto, publicada pela Biblioteca do Exército Editora, em 1958. Assim, é possível afirmar que quando o IPHAN começou a atuar, ou mesmo quando consolidou sua política de proteção de um Patrimônio Nacional, sempre contou com a colaboração ou conhecimento dos especialistas das Forças Armadas do Brasil.

De janeiro de 1937 a agosto de 2017, o IPHAN classificou, via tombamento, 1241 bens¹. Estabeleceu, portanto, de forma unilateral e discricionária, o que se entendia como “patrimônio histórico e artístico nacional” ou o que se entende, atualmente, como “patrimônio cultural brasileiro”.

Embora o Brasil tenha acompanhado a discussão internacional que levou à ampliação da noção de Patrimônio – com

importante repercussão na Constituição Federal de 1988 – o principal documento legal aplicado para a proteção de bens materiais permanece sendo o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Foi ele que instituiu o “tombamento”, o ato administrativo de inscrição ou tombo de um bem em livro apropriado, e definiu seus efeitos, as limitações ao exercício do direito de propriedade, do tipo “non facere”.

Criado em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN, desde o primeiro momento de sua atuação, promoveu ações de proteção do rico patrimônio militar brasileiro, constituído de centenas de fortes, fortins, redutos, casamatas e quartéis que passaremos a denominar genericamente de fortificações. Logo em 1938, foram abertos 44 processos de tombamentos de fortalezas, dos quais 24 foram tombadas, a saber: as ruínas do Forte Velho de Cabedelo (PB), o Fortim de Caetano Madeira, no Rio de Janeiro (RJ), o Forte Orange, em Itamaracá (PE), o Forte do Buraco, em Olinda (PE), o Forte das

Fortaleza de Santa
Cruz - Rio de
Janeiro, RJ



Cinco Pontas, em Recife (PE), o Forte do Brum, em Recife (PE), o portão da Fortaleza de São João, no Rio de Janeiro (RJ), a Fortaleza de Santo Antônio de Ratonas e suas defesas anexas, em Florianópolis (SC), o Forte de Caçapava, em Caçapava do Sul (RS), a Fortaleza de Santa Catarina, em Cabedelo (PB), a Fortaleza do Morro de São Paulo, em Cairu (BA), a Fortaleza de Santana, em Florianópolis (SC), a Fortaleza de São José da Ponta Grossa, em Florianópolis (SC), a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, em Governador Celso Ramos (SC), o Forte de São Lourenço, em Itaparica (BA), o Forte de Paraguaçu, em Maragogipe (BA), o Forte de Gragoatá, em Niterói (RJ), a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, em Paranaguá (PR), o Forte do Pau Amarelo, em Paulista (PE), a Fortaleza da Conceição, no Rio de Janeiro (RJ), e os fortes da Gamboa, de Santa Maria, de Santo Antônio da Barra e de São Marcelo, todos em Salvador (BA).

Tais tombamentos tornaram-se fundamentais para consolidar (e exemplificar em todo o Brasil) o que se entendia como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: edificações eruditas—administrativas, religiosas ou militares—e conjuntos urbanos homogêneos, originalmente erguidos durante o

período colonial. Como contribuição efetiva para o conhecimento e a difusão de tal patrimônio, em 1940, o IPHAN publicou *Fortificações da Baía*, de J. da Silva Campos. O esforço seria ainda complementado com outras obras, a exemplo de *As fortificações e a Defesa de Salvador*, de Mário Mendonça de Oliveira (2008).

Como anteriormente informado, ao longo de seus 80 anos, o IPHAN acautelou, via tombamento, um total de 1241 bens, entre os quais 68 fortificações (aproximadamente 6% do total), sendo 56 protegidas isoladamente e 12 em conjunto com outros bens. Desse universo, é possível destacar a sua distribuição nacional, a variedade tipológica, a dificuldade de acesso, a heterogeneidade no estado de conservação e a diversidade de usos—além da diversidade quanto ao acervo, incluindo o material de artilharia (estão protegidas oito fortificações com acervo de bens móveis)². Além das fortificações propriamente ditas, duas coleções de artilharia encontram-se tombadas: a do Museu de Armas General Osório e a do Museu de Armas Sérgio Ferreira da Cunha.

Das 68 “fortificações” protegidas pelo IPHAN, 42 (62%) foram tombadas durante a gestão do advogado Rodrigo Melo Franco de Andrade (de 1937 a 1967). Além

das 243 já listadas, foram também acauteladas: a Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói (RJ), a Fortaleza de São Tiago ou São João, em Bertioga (SP), o Forte dos Reis Magos, em Natal (RN), o Forte Príncipe da Beira, em Costa Marques (RO), a Fortaleza de São José de Macapá, em Macapá (AP), o Forte de Barra Grande, no Guarujá (SP) – incluindo o Fortim da Praia de Góis e o Portão Espanhol –, os remanescentes do Forte de São Mateus, em Cabo Frio (RJ), o Conjunto do Outeiro de Santo Antônio da Barra e o Forte de São Diogo, em Salvador (BA), o portão da Fortaleza de São José, no Rio de Janeiro (RJ), o frontispício da Capela da Fortaleza de São José, no Rio de Janeiro (RJ), o Forte de Santo Antônio, em Gurupá (PA), o Forte Defensor Perpétuo, em Parati (RJ), a Fortaleza do Barbalho, em Salvador (BA), o Forte de São Pedro, em Salvador (BA), o Forte de Monte Serrat, em Salvador (BA), a Fortaleza de Nossa Senhora dos Remédios, em Fernando de Noronha (PE), o Forte do Castelo, em Belém (PA), o Forte de São Felipe, no Guarujá (SP) e o Forte de São Sebastião, inserido no tombamento de Alcântara (MA).

A partir de 1967, ano da aposentadoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, poucos foram os presidentes do IPHAN que priorizaram ações de acautelamento especificamente voltadas para as fortificações. O arquiteto Renato Soeiro (de 1967 a 1979), por exemplo, tombou apenas cinco: as edificações que compõem o Forte de Coimbra, em Corumbá (MS), as ruínas do Forte de Santo Antônio, em São Luís (MA), as fundações do Forte de Santa Tecla, em Bagé (RS), o baluarte de São Luís, inserido no tombamento de São Luís (MA) e os remanescentes da fortificação do Sítio de Trindade, em Recife (PE).

De 1979 a 2016, sucederam-se 17 presidentes, quando foram tombadas mais 22

fortificações (aproximadamente 32% do total): a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, em Fortaleza (CE), o Forte de Santa Bárbara, em Florianópolis (SC) e o Forte de São Francisco ou do Queijo, em Olinda (PE), o conjunto do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro (RJ), novamente as ruínas do Forte do Buraco, em Olinda (PE),



as ruínas do Forte de Vera Cruz ou do Calvário, em Rosário (MA), o Forte da Vila dos Óbidos, em Óbidos (PA), a Base Fluvial de Ladário, em Ladário (MS), o Forte Junqueira, em Corumbá (MS), o Quartel General de Gurjão, em Óbidos (PA), os vestígios do Forte da Serra da Escama, em Óbidos (PA), o Forte de São Joaquim do Rio Branco, em Bonfim (RR), a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, em Florianópolis (SC), o Forte Marechal Moura, inserido no tombamento da Fortaleza de Nossa Senhora de Araçatuba, o Forte de São Pedro Nolasco, inserido no tombamento da Cidade Velha e Campina, em Belém (PA), e o sistema defensivo do arquipélago de Fernando de Noronha (PE).

Museu de Armas Antigas Sérgio Ferreira da Cunha - Petrópolis. RJ

Forte São Marcelo -
Salvador, BA



Em relação às ações de identificação e conservação, ao longo dos anos de 1980, por meio da Fundação Pro-Memória, foi desenvolvido o projeto de levantamento cadastral das fortificações até então protegidas. Tal trabalho permitiu, e ainda tem garantido, ações isoladas de consolidação ou restauro de fortificações.

Em 2000, durante a 27ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, foi aprovada a averbação, nos Livros de Tombo, dos acervos de artilharia pertencentes às fortificações tombadas. Como consequência, no mesmo ano, foi publicado o *Manual de Preenchimento da Ficha de Inventário Nacional de Material de Artilharia*.

A importância do sistema de defesa edificado ao longo dos séculos, no Brasil, e o conhecimento acumulado a respeito de tais construções fizeram com que, em 2008, o IPHAN considerasse a possibilidade de

incluir na Lista Indicativa para Patrimônio Mundial (UNESCO) um conjunto de 41 fortificações associadas como um único bem. Tal proposta desdobrou-se na promoção de eventos de articulação e estudo, entre os quais o importante *Encontro Técnico: “Conservação e Uso das Fortificações Brasileiras”* (2008), promovido em parceria entre o IPHAN, Exército e Marinha. Como resultado, foi aprovada a realização de um Programa de Preservação de Sítios e Fortificações; recomendada a continuidade do inventário do material de artilharia; e proposta a execução de um estudo que abrangesse o tombamento do conjunto das fortificações brasileiras.

Das três propostas, apenas a instrução de processo de tombamento evoluiu. Trata-se do *Processo 1613-T-2010: Conjunto das Fortificações Brasileiras*, incluindo 27 novos bens, dos quais sete foram provisoriamente tombados ainda em 2010 e aguardam pela homologação ministerial: o For-



**Forte de Coimbra -
Corumbá, MS**

Acervo - FUNCEB

te da Vila de Óbidos (PA), com 13 canhões; o Forte da Serra da Escama (PA); o Quartel General Gurjão (PA), com quatro canhões; as ruínas do Forte Vera Cruz ou do Calvário (MA); os vestígios do Forte de São Joaquim do Rio Branco (RR), com seis canhões; o Forte Junqueira (MS) e a Base de Ladário (MS), com 15 canhões.

Em 2013, o Governo Federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento, *PAC Cidades Históricas*, que, desde então, vem sendo executado em 44 cidades de 20 Estados da federação. O investimento em obras de restauração originalmente previsto era de R\$ 1,6 bilhão, destinado a 425 obras de restauração de edifícios e espaços públicos, entre os quais nove ações – R\$ 60,54 milhões (2013) – voltadas para a recuperação de fortificações: a restauração dos fortes de São Marcelo, em Salvador (BA), São Paulo da Gamboa, em Salvador (BA), Reis Magos, em Natal (RN) e Nossa Senhora dos Remédios, em Fernando de Noronha (PE); a requalificação da Fortaleza de São Luís, em São Luís (MA); a

restauração do Fortim de São Francisco, em Olinda (PE); a conservação e revitalização dos fortes de Nossa Senhora dos Prazeres e São Pedro do Boldró, ambos em Fernando de Noronha (PE); e a restauração do sistema de fortificações da Ilha de Santa Catarina (SC).

Contando, com a consultoria especializada do servidor Adler Homero Fonseca de Castro, em 2015, o IPHAN atualizou a Lista Indicativa para Patrimônio Mundial (Unesco), finalmente incluindo o bem seriado *Conjunto de Fortificações do Brasil*. Segundo justificativa então formulada, o conjunto de fortificações do Brasil apresenta-se como um testemunho material único de um contato produzido entre diferentes culturas do Velho e do Novo Mundo. As fortificações, edificadas em resposta a esses contatos, marcam o sucesso de uma fórmula singular de ocupação do território, em que os moradores do Brasil tiveram um papel mais fundamental do que a ação dos governos das metrópoles do Velho Mundo, ao contrário do que ocorreu



Forte Reis Magos -
Natal, RN



Forte Nossa Senhora dos
Remédios - Fernando de
Noronha - PE



Forte do Presépio -
Belém, PA

em outras colônias europeias no resto do mundo. As construções feitas com o objetivo de garantir a posse e a segurança dos novos territórios formam um conjunto sem semelhança a outros sistemas fortificados edificados no mesmo período em outros lugares do mundo, tendo um importante papel na ocupação territorial da América do Sul. Ao todo, foram consideradas 19 fortificações, a saber: a Fortaleza de São José, em Macapá (AP), o Forte Coimbra, em Corumbá (MS), o Forte Príncipe da Beira, em Costa Marques (RO), a Fortaleza dos Reis Magos, em Natal (RN), o Forte de Santa Catarina, em Cabedelo (PB), o Forte de Santa Cruz (Forte Orange), em Itamaracá (PE), o Forte São João Batista do Brum, no Recife (PE), o Forte São Tiago das Cinco Pontas, no Recife (PE), o Forte de Santo Antônio da Barra, em Salvador (BA), o Forte São Diogo, em Salvador (BA), o Forte São Marcelo, em Salvador (BA), o Forte de Santa Maria, em Salvador (BA), o Forte de N. S. de Monte Serrat, em Salvador (BA), a Fortaleza de Santa Cruz da Barra, em Niterói (RJ), a Fortaleza de São João, no Rio de Janeiro (RJ), a Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, em Guarujá (SP), o Forte São João, em Bertioga (SP), a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, em Governador Celso Ramos (SC) e o Forte de Santo Antônio de Ratones, em Florianópolis (SC).

Recentemente, colaborando com a Superintendência do IPHAN no Amapá, o Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização produziu o *Plano de Conservação da Fortaleza de Macapá* (2016), desenvolvendo metodologia específica aplicada ao tema. O plano de conservação visa a sistematizar o conhecimento fundamental para a conservação do bem e estabelecer o conjunto de ações e procedimentos necessários, organizados no tempo, considerando o estado atual de conservação do

mesmo, o uso existente ou pretendido e os valores a serem preservados (conforme expressos no seu processo de tombamento).

Os Planos de Conservação (a serem elaborados para todas as fortificações) devem considerar, pelo menos: a descrição do bem, histórico de intervenções, avaliação do estado de conservação, regulamentação de uso e ocupação, diretrizes de intervenção, plano de ação para ações de conservação e restauração, especificação de ciclos de manutenção e conservação e matriz de responsabilidades. Os planos de conservação devem ser construídos, garantindo a participação dos gestores responsáveis pelo bem, assim como devem ter estratégias de disseminação que possibilitem sua aplicação pelos responsáveis pela sua conservação e manutenção cotidianas. Por seu caráter dinâmico, necessitam atualização permanente, a partir do seu monitoramento e avaliação dos mecanismos de gestão aplicados.

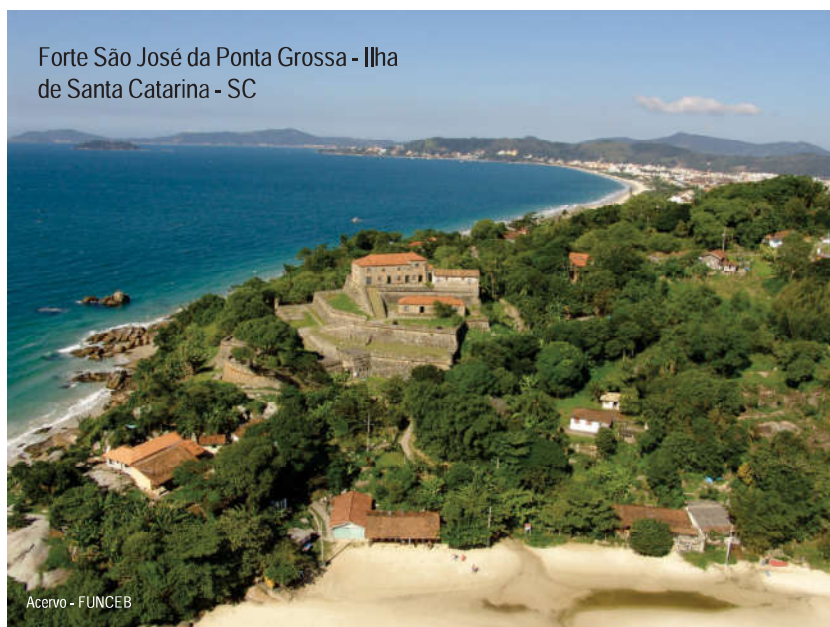
Como um último ato a demonstrar que o IPHAN segue firme em sua missão — a par de tantas dificuldades pelos quais passa a Autarquia Federal —, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, em sua última reunião, aprovou o tombamento do Conjunto Histórico da Ilha de Fernando de Noronha (PE), incluindo os remanescentes do Forte ou Fortim de Santo Antônio, o Reduto de Santana, dentro da área tombada da Vila dos Remédios, o Fortim de Nossa Senhora da Conceição, Fortim de São Pedro do Boldró. Ou seja, aos 80 anos de idade, a Instituição demonstra um vigor jovial, de quem não se resigna. De quem deseja continuar a defender, preservar e salvaguardar o patrimônio do povo brasileiro.

Notas

¹ Fonte: DEPAM/IPHAN. Dados levantados por Cláudia Bastos do Nascimento.

² Cabe informar que há processo para a proteção do acervo da Fortaleza de São José de Macapá.

³ O Forte do Buraco foi tombado, destombado e, novamente, tombado.



Kátia Bogéa

Presidente do IPHAN

Nascida em Lagarto (SE), é graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão (1984) e especialista em Historiografia Brasileira e Regional pela Universidade de São Paulo (1988). Desde novembro de 1979, radicou-se no Maranhão, atuando exclusivamente em atividades na área do patrimônio cultural, ao entrar como estagiária em 1980 na recém-criada Superintendência Regional do IPHAN, onde dedicando toda a sua vida profissional à pesquisa do patrimônio maranhense e ao trabalho de preservação e proteção do Centro Histórico de São Luís e Alcântara. Ocupou o cargo de Superintendente do IPHAN no Maranhão no período de 2003 a 2015. Durante sua gestão, juntamente com a equipe técnica da instituição, articulou o PAC Cidades Históricas junto à Prefeitura de São Luís. Na área do patrimônio imaterial, realizou o registro do Tambor de Crioula e do Complexo Cultural do Bumba Meu Boi.

Andrey Rosenthal Schlee

É Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN.

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (1987), mestre em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1994) e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1999). É professor Titular da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Arquitetura, com ênfase em História da Arquitetura e Urbanismo, atuando principalmente nos temas: preservação do patrimônio cultural, arquitetura brasileira, arquitetura no Rio Grande do Sul e arquitetura e urbanismo em Brasília. Dedica-se também à melhoria do Ensino de Arquitetura e Urbanismo. Foi Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB (2004-2011). Atualmente é Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN, Membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico do IBRAM e Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2.

